

1 **ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2022 DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Ao primeiro dia
3 do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida
4 a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO
5 SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico
6 da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Adilton Dorival Leite,
7 André Martins Biancarelli, José Alexandre Diniz, Márcio Antonio Cataia, Marisa Masumi
8 Beppu, Rodrigo Ramos Catharino e Verónica Andrea González-López. Como convidados,
9 compareceram as professoras Ana Maria Frattini Fileti e Andréia Galvão. Havendo quórum, o
10 SENHOR PRESIDENTE dá início à Quarta Sessão Extraordinária de 2022 da Comissão de
11 Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens: o
12 item 01 é a proposta do calendário de reuniões ordinárias da COP para 2023 e o item 02 é a
13 Proposta de Distribuição Orçamentária para 2023. Passa à discussão do item 01. O senhor
14 THIAGO BALDINI DA SILVA observa que algumas reuniões não estão na última semana do
15 mês, mas como este ano precisaram fazer várias reuniões extraordinárias devido a assuntos que
16 precisavam de parecer da COP para ir para o Consu, já tentaram fazer esse acerto. Então a
17 tendência é que haja menos reuniões extraordinárias e consigam cumprir melhor o calendário.
18 A Professora MARISA MASUMI BEPPU pergunta se as reuniões serão na parte da tarde, *a*
19 *priori*; é um dado que não consta no documento. O SENHOR PRESIDENTE responde que o
20 horário padrão das reuniões tem sido à tarde, às 14h30, então é importante registrar porque já
21 vão fazendo a programação para o ano que vem. Não havendo mais observações, o SENHOR
22 PRESIDENTE submete à votação o calendário COP 2023, que é aprovado por unanimidade.
23 Passa ao item 02, que trata da Proposta da Distribuição Orçamentária da Unicamp para 2023.
24 Todos aqui já possuem um pouco de familiaridade com o instrumento da Proposta da
25 Distribuição Orçamentária, e ressalta que as revisões ao longo do ano também são um
26 instrumento bastante útil, pois todos sabem da dificuldade que é fazer previsões,
27 particularmente neste momento de mudança no plano político. Há um novo Executivo e também
28 um novo Legislativo aqui em São Paulo. De alguma maneira, as universidades dependem muito
29 dessa relação com o Legislativo, particularmente em relação ao orçamento; todos sabem que a
30 autonomia financeira é relativa no sentido de que depende sempre de uma lei orçamentária. É
31 a partir dessa dotação que a Secretaria da Fazenda lhes passa em relação ao ano seguinte que a
32 Unicamp elabora a sua proposta orçamentária, sempre com a possibilidade, como já fez
33 referência, de ao longo do ano, dependendo do fluxo financeiro, dependendo da própria
34 sinalização da Secretaria, realizarem algumas mudanças importantes dentro do orçamento,
35 todas elas, obviamente, aprovadas na COP e no Consu. Então essa flexibilidade é muito
36 importante. Por outro lado, as incertezas estão colocadas em relação a qual vai ser o
37 comportamento do governo estadual, Executivo e Legislativo, no trato com as universidades.
38 Causam preocupação, particularmente, as revisões ocorridas nas arrecadações, não tanto com
39 relação ao valor, pois na página da Secretaria é possível verificar que não vem ocorrendo
40 necessariamente uma redução da arrecadação no governo do estado, mas o impacto tem sido na

1 arrecadação do ICMS. E isso se dá por dois motivos: o primeiro tem a ver com o fato de uma
2 certa troca entre o governo do estado e o governo federal com relação ao pagamento da dívida,
3 compensando a redução de arrecadação com a redução no desembolso do pagamento. E um
4 segundo aspecto é o fato de o governo do estado ter buscado ressarcimento dessa queda
5 provocada pelas desonerações, a redução dos impostos para combustíveis, energia elétrica e
6 telecomunicações e outras, junto ao governo federal. E, infelizmente, esses recursos que entram
7 na arrecadação do governo do estado não são repassados às universidades. Isso explica um
8 pouco também o desempenho da arrecadação em outubro, estão acompanhando também a de
9 novembro e, de alguma maneira, a própria previsão que o senhor Thiago vai detalhar para 2023.
10 Descontados já os 25% da transferência para os municípios e a política habitacional, o valor
11 sobre o qual elaboraram a distribuição é de R\$150,5 milhões, inferior ao que foi arrecadado em
12 2022, pelo que veem até o fluxo de novembro. É menor em termos nominais; avaliando a
13 inflação do período, que teve uma redução significativa, mas ainda está em torno de 6 a 7%, a
14 depender do indicador utilizado, e a sinalização do relatório Focus do Banco Central, as
15 previsões para 2023 das principais agências, instituições financeiras, giram em torno de 5%.
16 Falar em redução nominal, em cima da expectativa, ainda com uma inflação de 5%, significaria
17 uma queda real da arrecadação para 2023 sobre 2022. É em cima de todo esse quadro que
18 montam a peça orçamentária, e felizmente possuem essa flexibilidade de poder fazer alguma
19 alteração substancial, a depender de como se deu a evolução, sobretudo no primeiro semestre
20 de 2023. Passa a palavra ao senhor Thiago para detalhar os números da proposta orçamentária,
21 tanto da receita quanto da despesa. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, como de
22 costume, toda a receita é baseada nos valores de arrecadação propostos pelo projeto de lei
23 orçamentária anual. Esse projeto é divulgado no final de setembro, então ele considera a
24 arrecadação ocorrida até esse período, acrescentando uma estimativa para o final de 2022 e a
25 estimativa para 2023. O professor Fernando já indicou bem as incertezas, e observa que dentro
26 da proposta orçamentária não há nenhum indicativo de PIB, nem de inflação. A Secretaria
27 trabalha isso de alguma forma, mas aqui não está indicado. O que sabem é que no projeto de lei
28 inicial esse indicativo de PIB mais inflação estava por volta de 7,5% de crescimento, mas como
29 esse projeto de lei é feito em abril, entendem que todas as modificações que aconteceram nesse
30 período tornam esse número impossível de ser considerado, pelas mudanças que vai apresentar
31 a seguir. O projeto de lei 578/2022 do estado, LOA 2023, apresenta no Anexo XII uma
32 explicação breve do que gera a base de arrecadação e os valores que serão repassados para a
33 Unicamp. Chegam com uma arrecadação de ICMS de R\$202,3 bilhões do estado, o que é
34 separado em 25% para os municípios. Dentro da cota-parte do estado são descontados os
35 recursos destinados aos programas habitacionais, de R\$1,2 bilhão, chegando assim ao ICMS
36 líquido, que é a base de cálculo dos 2,1958% de R\$150,5 bilhões. Então essa é a arrecadação.
37 Iniciaram 2022 com uma previsão de aproximadamente R\$143 bilhões, mas sempre disseram
38 que isso estava conservador. O gráfico que apresenta em seguida mostra de forma um pouco
39 invertida o que aconteceu de fato, porque na primeira revisão mantiveram os valores, com base
40 nos valores oficiais que a Secretaria da Fazenda ainda não tinha modificado, mas até esse

1 período vieram que a arrecadação mensal era muito superior ao que estava estimado. Então já
2 imaginavam um aumento de arrecadação muito maior do que se apresentou na segunda revisão,
3 uma vez que na segunda revisão já entra o início das previsões com as reduções do ICMS de
4 combustível, transporte e energia. Quando entraram na segunda revisão, já estavam
5 considerando essas reduções de contribuição do ICMS, o que levou a um número menor do que
6 previam no início do ano, mas frente a 2023 ele ainda está superior. Apresentam aqui uma queda
7 nominal de 1%, caindo de R\$152 bilhões para R\$150,5 bilhões, o que se deve principalmente
8 às desonerações do ICMS. Mostra duas tabelas que normalmente não são apresentadas, mas
9 aqui achou interessante apresentar: a tabela menor é a previsão do exercício de 2022 e em 2023
10 apresenta uma estimativa de compensação e renúncia de receitas de ICMS. Então, a renúncia
11 que estava prevista para 2022, de R\$61 bilhões, para 2023 se aproxima de R\$80 bilhões. Nos
12 cálculos da própria Secretaria da Fazenda, era previsto que esse valor chegaria a R\$72 bilhões
13 em 2023, porém estão trabalhando perto de R\$80 bilhões. Voltando lá atrás, uma arrecadação
14 que hoje o estado tem de R\$200 bilhões, sem as renúncias ela seria de R\$280 bilhões.
15 Provavelmente é esse aumento de renúncia que está impactando a perda inflacionária que o
16 professor Fernando já citou no início. O SENHOR PRESIDENTE diz que cada R\$1 bilhão
17 representa R\$220 milhões para a Unicamp, que tem direito a 2,1958%. Estão falando em R\$80
18 bilhões, então multiplicam por 80 esses R\$220 milhões. O senhor THIAGO BALDINI DA
19 SILVA diz que isso pode ajudar a explicar essa queda da arrecadação. O gráfico que mostra em
20 seguida traz na coluna azul o que previu na segunda revisão orçamentária, os R\$152 bilhões
21 para 2022, e a coluna laranja traz as previsões mensais da Secretaria da Fazenda. Com os dados
22 fechados de julho, quando fizeram a revisão, percebem que a Secretaria da Fazenda previa um
23 número e a arrecadação era sempre superior. Isso é invertido nos últimos meses; em setembro
24 empata e em outubro há uma grande queda de arrecadação. Então aqui já perderam esse R\$1
25 bilhão que o professor Fernando falou, foi a diferença entre o que foi previsto para outubro e o
26 que realmente se realizou em outubro. Em novembro, eles mantêm a previsão no mesmo
27 patamar, mas ainda existe uma grande dúvida se essa queda de R\$1 bilhão foi algo pontual ou
28 se é algo que deve se manter nos próximos meses. Isso se mantendo, explica os R\$150 bilhões
29 de arrecadação previstos para o ano que vem, pois pelo menos outubro já foi em um patamar
30 que seria correspondente aos R\$150 bilhões. Pode até estar um pouco conservador, mas nada
31 muito diferente daquela arrecadação para 2023. Estão acompanhando com cuidado isso, mas
32 no momento entendem que os R\$150 bilhões da LOA devam ser usados na proposta, não há
33 muito como fugir disso. Pela arrecadação, terão uma quota-parte que vai gerar R\$3,304 bilhões
34 para 2023. Estavam trabalhando hoje com R\$3,332 bilhões, então aqui já apresenta uma queda
35 dos valores a receber. Traz dois gráficos com valores de arrecadação: no Gráfico 1, de valores
36 nominais, veem a queda, mas no Gráfico 2, quando apresentam pelos três principais deflatores
37 trabalhados dentro da Universidade, percebem que 2023, em valores reais, está menor do que
38 2021. Mostra a arrecadação total do estado, a quota-parte do estado e os valores reais que serão
39 repassados à Universidade, a preço de dezembro de 2022. Isso significa que terão uma
40 arrecadação financeira que vai entrar mais ou menos no que foi entre 2020 e 2021, só que com

1 o reajuste, com a inflação desses dois anos para trás. Em relação às finanças, se pensarem em
2 um patamar de crescimento, pelo Gráfico 4, desconsiderando 2021 e 2022, quando houve os
3 grandes superávits, voltam para uma estabilidade de valores, mais próximos de 2020 e 2021.
4 Passando para as outras receitas da Universidade, informa que os recursos próprios têm um
5 valor previsto de praticamente R\$240 milhões no exercício, baseado fortemente nas aplicações
6 financeiras. Com o alto volume financeiro em caixa e as altas taxas de juros, essa volta a ser a
7 principal receita própria para o exercício de 2023, assim como já aconteceu em 2022. Fazendo
8 um resumo das receitas, apresenta os recursos do Tesouro do Estado, com valor 1% menor do
9 que está na segunda revisão orçamentária; e os recursos próprios, que ainda apresentam
10 crescimento frente a segunda revisão orçamentária, mas valores muito próximos. O total das
11 receitas do exercício fica em R\$3,544 bilhões. A tabela traz um suporte financeiro de anos
12 anteriores, que leva a R\$3,8 bilhões de despesas totais orçamentadas para o próximo exercício,
13 deixando um equilíbrio entre receitas e despesas. Esse suporte financeiro engloba os recursos
14 da reserva estratégica, que será utilizada para cobertura das despesas aprovadas em anos
15 anteriores. Então, quando falam dos R\$292 milhões, é exatamente o valor que verão no Grupo
16 X, que é o saldo devolvido às unidades e de todas as despesas já aprovadas. Já estão utilizando
17 o critério fundamental que fizeram quando foi aprovado o Plano Plurianual de Investimento.
18 Entrando nas despesas, demonstra que elas apresentam um forte crescimento de 18% frente à
19 distribuição inicial de 2022, mas chegando perto da segunda revisão esse crescimento era de
20 7,6%. Lembra que o forte crescimento apresentado de uma de uma proposta para outra no
21 Grupo I - Pessoal já contempla o reajuste salarial. Vai detalhar item a item: em folha de
22 pagamento mensal, indica que já fizeram todas as correções, e as contratações do pessoal
23 aprovado nas carreiras docentes e técnico-administrativos já estão sendo consideradas nessa
24 folha de pagamento mensal. Já fizeram todas essas projeções, o crescimento vegetativo e estão
25 incluídos os valores da insuficiência financeira da Universidade, que está sendo prevista para
26 2023 com um forte aumento, indo para R\$641,5 milhões. Desse aumento que ocorreu, R\$32,6
27 milhões vão ter um impacto em 2023 em razão da mudança de legislação nas contribuições
28 previdenciárias dos inativos. Então aquele pedágio que eles pagavam de contribuição até o valor
29 do teto, que deixam de pagar em 2023, traz esse impacto à Universidade. Um aspecto
30 importante é o aumento nos auxílios-criança e educação especial, passando para R\$850 e
31 R\$1.115, respectivamente, tendo sido aplicado um índice basicamente próximo da inflação. Em
32 relação a horas extras, reconhecem que a volta aos trabalhos presenciais, pelo fato de a
33 Universidade ter ficado um pouco sem manutenção no período do afastamento, gerou mais
34 horas extras neste último ano, então já estão incluindo um pouco de recursos para isso. É menos
35 do que o solicitado, mas acham que será suficiente. Em 2022, houve um aumento significativo
36 nas horas de sobreaviso, o que levou a Administração a criar um estudo conjunto entre CGU,
37 PRDU, Aeplan, DGRH e PG, para fazerem no início do próximo ano uma análise melhor desse
38 sobreaviso, na tentativa de tirá-lo da questão financeira e passar exatamente pela necessidade
39 do serviço ou não. Portanto, estão fazendo um leve condicionamento de despesas, muito menor
40 do que o solicitado pelas unidades, mas vão trabalhar em 2023 para verificar de fato onde

1 precisa aumentar e onde é possível reduzir. A linha de despesas institucionais mostra a liberação
2 de algum recurso inclusive para esse trabalho das horas de sobreaviso, entendendo que, depois
3 de tudo formatado, de talvez algumas mudanças que virão para apreciação da COP, consigam
4 fazer os ajustes dentro dessas despesas institucionais. Com isso, não precisam trazer a cada
5 mudança aqui para a COP; vão trazendo as informações nas revisões orçamentárias de quanto
6 desse valor total de R\$817 mil vai ser usado. No caso das horas extras, a ideia é fazer um saldo
7 financeiro, ter alguns recursos que possam ser utilizados e não tenham de ficar voltando à COP,
8 como voltaram este ano aquelas diversas horas extras do Cecom, em virtude da pandemia.
9 Tiveram de buscar recursos em outras fontes para pagar hora extra para os grupos que foram
10 criados para fazer andamento no PPI, para conseguir avançar as licitações. Até para não precisar
11 trazer dinheiro de outras fontes, consideram mais correto já trazer um valor previamente
12 aprovado e vão demonstrando a utilização desses recursos em cada revisão orçamentária. Mais
13 ou menos nesse sentido, para os plantões já indicam que a quantidade de módulos da área da
14 Saúde era algo, até o ano passado, por volta de R\$36 milhões, valor que sobe em função do
15 reajuste salarial. Estão também fazendo uma correção por volta de 10% desses valores de
16 plantões, devido à maior utilização no período. Enquanto ainda não possuem exatamente as
17 quantidades de módulos definidos por unidade de Saúde, preferiram aumentar um pouco esse
18 valor e também porque essa necessidade ocorreu nos últimos anos. Acabam aprovando um valor
19 de plantões, segue o ano inteiro e no final, no fechamento de dezembro, os hospitais não
20 conseguem fazer aquilo e entram no fechamento com uma suplementação a mais. Então para
21 diminuir isso já colocaram esses recursos. O recurso para a FOP é baseado naqueles plantões
22 que eles estão fazendo à noite para dar fluxo ao que ficou parado pela pandemia, e o valor é
23 bem menor porque é um plantão que estava programado para ocorrer durante um ano, deve
24 terminar agora entre março e abril do ano que vem. Nos programas de auxílio, estão trazendo
25 um novo valor de auxílio-alimentação, com sugestão de passar o valor de R\$1.270 para
26 R\$1.350. Também a institucionalização do auxílio-refeição, no valor de face de R\$36, com
27 desconto de 20% dos funcionários, que corresponde a R\$7,20. Então, de fato, a Universidade
28 pagará R\$28,80 por dia. Fizeram os cálculos para o valor mensal com base em 22 dias úteis do
29 mês, portanto nos meses em que houver feriados, esse valor é menor. Sobre os 20% do desconto
30 do funcionário, esclarece que a lei prevê uma contrapartida de até 20%, e verificaram que nas
31 universidades que pagam auxílio-refeição e em grande parte do mercado privado são comuns
32 os 20%, então mantiveram essa porcentagem já consolidada. Aqui estão aprovando recursos
33 para iniciar o auxílio e a Universidade começa a se preparar para o pagamento desse auxílio.
34 Em 2023, o valor está previsto para sete meses, imaginando que a Universidade vá demorar
35 cerca de quatro meses para se organizar e verificar a necessidade de uma nova licitação, para
36 elaborar toda a legislação. Assim que estiver administrativamente pronta, a Universidade inicia
37 o pagamento desse auxílio-refeição. Caso consigam acelerar esse processo e trazer o pagamento
38 para um pouco antes, isso passará pela COP para aprovar esse aumento talvez na primeira
39 revisão orçamentária. Apresentam o programa de desenvolvimento das carreiras novamente,
40 com a novidade de já trazer os valores divididos por cada carreira, docente, Paepe e carreiras

1 especiais. Lembra que o programa de desenvolvimento tem tanto os valores de contratação
2 como de progressão, e para não haver atrito, estão mantendo o mesmo patamar de recursos
3 estabelecido em 2022. O Grupo II - Sentenças Judiciais tem redução meramente pelo número
4 de precatórios que terão de ser pagos ano que vem, mas continuam pagando tudo o que chega
5 para pagamento da Universidade. No Grupo III - Despesas de utilidade pública, em água e
6 energia elétrica apresentam um aumento dos recursos previstos para 2022 de 4,8%. Energia
7 elétrica tem um aumento maior de 8,7% baseado na inflação do período, enquanto para a água
8 conseguiram uma negociação entre a Prefeitura e os fornecedores, que está tendo um aumento
9 de praticamente 0,5%, pois conseguiram uma redução boa nesses valores. No Grupo IV -
10 Restaurantes e transportes, informa que o valor de transportes terá uma leve correção do valor
11 já incluído na segunda revisão orçamentária. Houve forte impacto frente a 2022 em razão de
12 toda mudança acontecida nesse período. As novas licitações de fretados vêm em valores
13 extremamente superiores, muito acima da inflação do período, sendo que na segunda revisão já
14 haviam jogado esses valores para cima. Nos restaurantes continuam sendo previstos os gêneros
15 alimentícios tanto para os hospitais como para a DEdIC, os contratos de refeições dos hospitais.
16 Antigamente entravam aqui com o contrato de produção, distribuição de alimentação dos
17 restaurantes universitários e gêneros alimentícios, e esse valor aumenta porque agora estão
18 trazendo toda a cadeia de despesas que antes era do restaurante. O que antes era feito pelo
19 pessoal daqui, incluindo todas as licitações, contratações, agora é responsabilidade da empresa.
20 Estão trazendo diversas despesas para esse item e abrindo espaço em outros lugares; as despesas
21 que antes aconteciam dentro da Prefeitura, dentro da DGA, principalmente de pessoal, mas
22 também de serviços, manutenções, água, energia elétrica, tudo isso estão trazendo para esse
23 item por causa do contrato. Então ele apresenta um grande crescimento, mas de fato nesse
24 aumento de despesas no final, quando se trata somente de restaurante, estão só aglutinando as
25 despesas que antes eram distribuídas. Isso não é um aumento de fato, é só uma mudança de
26 rubricas. Já o Grupo V - Despesas Contratuais apresenta um grande aumento, de cerca de R\$20
27 milhões, 17%; perceberam que os contratos desse período fecharam entre 8% e 9% de correção
28 inflacionária, o que já causou uma forte pressão orçamentária, mas além disso alguns contratos
29 específicos sofreram um aumento significativo. O novo contrato de vigilância eletrônica da
30 Universidade está em licitação ainda, mas já entraram com o valor total de quase R\$2,5 milhões
31 acima do anterior. Também estão aumentando em mais de R\$2 milhões contratos de
32 manutenção predial, mas é uma despesa que acaba se reduzindo durante o ano, porque a
33 manutenção predial, quando paga de volta para a Prefeitura, vai abatendo nos valores desse
34 contrato. Já foi visto no ano passado um forte aumento nos valores das manutenções das áreas
35 verdes, alguns outros contratos tiveram impacto maior. Além disso, estão trazendo um valor de
36 R\$5,79 milhões de contratos para o Hospital de Clínicas, que eram antes pagos com recursos
37 SUS, contratos de nutrição parental, almoxarifado do HC e da farmácia do HC, e agora estão
38 orçamentando esses contratos, até para facilitar a utilização dos recursos SUS pelo Hospital e
39 na intenção de dar um reforço ao orçamento do HC e tentar sair um pouco daquelas
40 suplementações, que provavelmente vão acontecer no ano que vem, mas sair um pouco

1 daquelas suplementações necessárias já logo no exercício. Então há essa acomodação especial
2 para os hospitais que também aumenta a linha de contratos. No Grupo IV - Programas de apoio,
3 em relação à manutenção de infraestrutura, fizeram uma suplementação de R\$750 mil, como já
4 havia sido passado na COP na segunda revisão orçamentária. Nos programas de manutenção
5 predial os valores estão mantidos para o ano que vem, com uma leve redução nos programas de
6 manutenção predial da Administração Central. Na verdade, no caso da Administração Central
7 fizeram uma mudança de rubrica: trouxeram os valores para dentro da manutenção de
8 infraestrutura, que acaba crescendo por causa disso; foram trazidos recursos que antes estavam
9 na PRG (como as salas do Ciclo Básico), Cecom, CPQBA, que estavam anteriormente no
10 programa de manutenção predial da Administração Central, e possuíam mais R\$500 mil em
11 investimentos aprovados para BC e DEdIC. Estão trazendo isso até como uma forma de ficar
12 mais clara essa manutenção de infraestrutura, mais claro o gasto de cada unidade, uma vez que
13 até iniciar esses programas de manutenção predial da área da Saúde, tudo isso entrava como
14 manutenção de infraestrutura. Então não sabiam bem qual era a real necessidade de uma DEdIC,
15 de uma BC, por isso fazem esse aumento dos valores, que na verdade estão sendo remanejados
16 de outros lugares, não existe grande aumento de fato. Seguindo nos programas, apresentam os
17 programas com o mesmo patamar de despesas, exceto as bolsas, que voltam a apresentar um
18 grande aumento. A bolsa auxílio social, assim como no ano passado, teve um aumento de 10%
19 na sua quantidade, e também 10% nas bolsas de auxílio transporte para o estágio obrigatório.
20 Estão aumentando a quantidade de bolsas, e no caso do auxílio social incluindo mais 30 bolsas
21 para estudantes em refúgio, entram também na bolsa auxílio moradia 30 para estudantes em
22 refúgio. Para a bolsa auxílio-moradia também estão aplicando um aumento de 10% na
23 quantidade de bolsas e, além disso, estão passando o valor do auxílio de R\$520 para R\$600,
24 imaginando que auxílio moradia talvez seja uma das bolsas que vão ter maior necessidade nos
25 próximos anos. Seguindo nos aumentos de bolsa, bolsa auxílio intercâmbio, as bolsas AUGM
26 o valor passa de R\$1.400 para R\$1.800 e no benefício de auxílio transporte também estão
27 fazendo inclusão de estudantes em refúgio, então é uma outra novidade que aparece nesse
28 benefício de auxílio transporte. Entrando nos programas de fato, o Programa de Residência
29 Médica e Residência Multiprofissional tem os valores mantidos, e outros programas
30 relacionados a atividades de ensino têm um forte aumento, baseado na mudança da bolsa PED:
31 a bolsa PED B está indo para o valor de R\$1.175 e a PED C para R\$705. Há um forte impacto
32 nos programas, e informa que estão concedendo a quantidade de bolsas que lhes foi solicitada.
33 Mudando o PED, muda automaticamente o valor do ProFIS, em razão da inclusão de PED
34 também no ProFIS, então aqui também já estão sendo alterados esses valores de bolsa. Outro
35 programa, que é uma novidade da proposta, é o Programa para o Esporte Universitário,
36 solicitado pela PRG, contendo a Bolsa Estudante Atleta e a Bolsa Treinador em Formação.
37 Além disso, existe a previsão de 10 auxílios para os projetos do Bolsa Treinador em Formação,
38 então são 15 Bolsas Atleta e 10 Bolsas Treinador em Formação e 10 para os projetos. Já estão
39 prevendo os valores para fazer a regulamentação dessas bolsas. Seguindo nos outros programas
40 diversos da Universidade, apresenta um aumento de R\$250 mil na Educorp, para possibilitar o

1 aumento do número de cursos oferecidos. Há também um forte aumento no Programa de Apoio
2 e Valorização da Extensão Universitária: antes havia somente a primeira linha do Quadro 45
3 que mostra na tela, o Programa de Projetos de Extensão Universitária - PEX, e agora estão
4 sendo apresentados outros programas, como Programa Terra e Programa Colmeia, que devem
5 estar na próxima CAD para serem aprovados. Portanto, já estão dando visibilidade na proposta
6 aos programas. Na sua maioria, são programas que já aconteceram em 2022 e estão
7 orçamentando para 2023, uma vez que, como a Universidade ficou parada em 2020 e 2021, eles
8 acabaram trabalhando muito com o saldo em 2022. Dessa forma, todos os aumentos aqui são
9 baseados no que já gastaram em 2022. Seguindo, para terminar os programas, são mantidos os
10 valores, com exceção do Programa de Internacionalização, onde fazem um aumento de cerca
11 de R\$340 mil para promover mais a internacionalização, no mesmo sentido, por terem ficado
12 com a internacionalização baixa durante a pandemia, de tentar uma retomada e um aumento
13 desses programas de internacionalização. No Grupo VII - Manutenção das atividades
14 existentes, o custeio é apresentado com o mesmo valor de 2022, mas ressalva que muitos
15 recursos de custeio são transferidos para contratos, o que ajuda a ter aquele aumento lá atrás,
16 na linha de contratos, então esse valor normalmente acabaria sendo menor. Ele não é menor
17 porque incluíram algumas despesas aqui, como recursos para passagens aéreas, que estão
18 voltando a ser necessários, algo que praticamente não existiu nos anos anteriores; algumas
19 suplementações específicas para o Laboratório Plasma, também para o Pibic, e conforme a COP
20 aprovou no ano passado, o aumento das bolsas de estagiários. Estão incorporando no custeio o
21 reajuste apresentado para estagiários, na intenção de que estagiários continuem sendo uma
22 despesa de custeio da unidade. Se ela quiser diminuir ou aumentar a quantidade de estagiários,
23 é uma decisão dela, com o seu custeio, não uma suplementação da Reitoria. Aumentam o
24 custeio em R\$1,5 milhão, mas o valor fica o mesmo por mudanças para contrato. No Grupo
25 VIII - Projetos especiais, especificando brevemente cada um, a reserva técnica é para os
26 reajustes contratuais; reserva de contingência apresenta um valor menor, que é aquele valor
27 usado para reajustes ou para uma possível queda de arrecadação; há grandes diferenças no
28 Programa de Atualização Tecnológica Continuada - o PATC, que volta a ser um programa
29 somente com recursos para manutenção dos *softwares* essenciais e institucionais da
30 Universidade, uma vez que toda a parte de investimento será tratada pelo PPI. A Biblioteca
31 Central tinha esse programa de aquisição de livros da graduação, que estão aumentando de R\$1
32 milhão para R\$1,3 milhão. A inclusão desse novo programa de livros para pós-graduação era
33 um recurso que a Biblioteca já trabalhou em 2022, só que ele estava dentro da assinatura de
34 periódicos, e acharam melhor separar para deixar uma maior visibilidade. Então apresentam
35 R\$500 mil aqui e no final, nos investimentos autorizados, vai aparecer um valor de R\$350 mil
36 para editais que também saem dos periódicos. A moradia estudantil está com os valores
37 mantidos; deixou com o nome antigo o Programa Funcamp Inova Parceria, para entenderem o
38 que significava, mas já estão lançando aqui os valores da nova governança da Funcamp. Sabe
39 que esse é um assunto que ainda vai passar para aprovação na CAD, mas já deixaram a proposta
40 pronta caso seja aprovado; se não for aprovado, voltam para o valor anterior. Conforme já

1 aprovados na COP do ano passado, recursos para a Secretaria de Vivência, de R\$200 mil, no
2 antigo Programa *Campus* Tranquilo; R\$500 mil para a UPA; os Moocs permanecem como
3 estão; no planejamento estratégico, estão colocando R\$5,7 milhões, exatamente o que foi
4 solicitado de recursos para complementação de projetos existentes, novos projetos estratégicos,
5 projetos para órgãos da Administração Central. Conforme aprovado pela Copei, suplementaram
6 esses recursos. Terminando os projetos especiais, mantiveram praticamente todos, mas no
7 Apoio aos Novos Programas Acadêmicos, que tinham aumentado na primeira revisão, viram
8 que era possível fazer uma redução: não precisavam de R\$8 milhões, então baixaram para R\$6
9 milhões, e vão verificar como fica. No Edital de Apoio aos Programas de Extensão e Cultura,
10 há um forte aumento baseado no que eles já gastaram em 2022. Aqui há duas novidades: entram,
11 pela primeira vez, com uma linha de Curricularização da Extensão, de R\$4 milhões, e com o
12 Programa Novos Docentes, no valor de R\$20 milhões, que já foi aprovado. Mantiveram valores
13 para prêmios e os investimentos aprovados, que ano passado foram de R\$40 milhões, este ano
14 R\$37 milhões, mantendo os R\$20 milhões para a Depi. E entram com R\$17 milhões de
15 investimentos diversos, contemplando aqueles pequenos investimentos que não têm rubrica
16 específica, desde a atualização tecnológica do CMU, investimentos em espaços públicos de
17 extensão universitária, como troca de cadeiras de auditórios e outras questões desse tipo. Um
18 item que se destaca aqui é a orçamentação de despesas educacionais pagas com outras fontes
19 de recursos, no valor de R\$12 milhões; se houver gastos com educação em despesas que tenham
20 outro fim, esse recurso volta ao seu fim original e essas despesas são arcadas pelo orçamento
21 da Universidade. Isso é um valor meio aberto, mas não sabem exatamente quanto será gasto. O
22 que não gastar este ano é automaticamente cancelado para o ano que vem. O Grupo IX -
23 Despesas custeadas com receitas próprias são as receitas revertidas às unidades de ensino; no
24 Grupo X - Créditos a conceder equivalentes aos valores dos saldos de dotações não empenhadas
25 nos exercícios anteriores, são os R\$292 milhões que impactam com aquele suporte financeiro.
26 Os recursos nas unidades sofrem um forte aumento, de R\$46 milhões já disponibilizados a elas,
27 e também há o aumento dos recursos controlados que ainda não foram suplementados. Observa
28 que não entram mais aqueles recursos que haviam sido retidos na Aeplan, e também não viram
29 muito sentido em manter na Aeplan a antiga lista de projetos priorizados da PRDU; os itens que
30 estavam aprovados na lista da PRDU, aprovados pela COP, foram transferidos para a Depi, que
31 agora trabalha em uma lista única com todos os recursos. Portanto, em vez de ficarem com
32 quatro itens, o que gera mais confusão, trazem para dois itens, um do que já foi suplementado
33 nas unidades e um do que está para ser suplementado, que ainda não foi totalmente licitado.
34 Fechando as despesas, apresenta o aumento das despesas, como já foi mencionado, de 7,59%
35 frente à segunda revisão orçamentária, e como de costume trazem os dados das assistências. Na
36 assistência à permanência estudantil, estão aplicando R\$112,8 milhões, aproximadamente, o
37 que equivale a praticamente 19,07% do custeio da Universidade. Além disso, há a assistência a
38 servidores no valor de R\$252 milhões, que corresponde a um pouco mais de 40% do custeio da
39 Universidade. O último quadro que apresenta são os gastos do orçamento da área da Saúde, e
40 observa que o orçamento estimado da área da Saúde, principalmente pela quantidade de pessoal

1 que entrou na Universidade, tem um grande impacto. Ele é de R\$670 milhões, que corresponde
2 a um forte crescimento, tendo em vista que no ano passado a Universidade gastava 17% com
3 área da Saúde e este ano já está com 20,3% das receitas do Tesouro do Estado destinadas para
4 a área da Saúde. Coloca-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas. O senhor ADILTON
5 DORIVAL LEITE diz que a Mesa, como sempre, tem feito uma boa apresentação; como é um
6 conselheiro antigo, já viu várias discussões de propostas de distribuição orçamentária, tanto em
7 épocas de crise quanto em épocas de bonança. Foi bem colocada a comparação da previsão de
8 arrecadação de 2022 com 2023 e a consequência óbvia aqui para a Universidade; todos sabem
9 que a quota-parte é fixa e o valor que se arrecada no ICMS não é fixo, então observam uma
10 arrecadação um pouco menor em 2023 em comparação a 2022. Chama a atenção a questão da
11 importância da reserva estratégica, da manutenção de um limite para que a Universidade siga
12 suas atividades sem consequências mais graves. No passado recente, passaram por um histórico
13 de orçamento deficitário em que sobreviveram usando recurso de reserva estratégica, então
14 ressalta a importância da manutenção da reserva estratégica. Sobre recursos para progressão na
15 Carreira Paepe, lembra que em 2022 foi aprovada uma norma onde se colocou 1,7% do
16 orçamento para as carreiras e foi feita uma distribuição em que coube à Carreira Paepe 0,8%
17 desse 1,7%. Não vai ficar aqui discutindo o índice, até porque já reforçou o que foi colocado
18 em relação ao valor que vai ter disponível para 2023 comparado com 2022, então não vai ficar
19 aplicando 1%, 1,2% para saber quanto vai ficar destinado para a carreira. E também acha que
20 em um momento oportuno precisam definir quanto será injetado em cada carreira: MS, Paepe,
21 DEL. Está prevista uma injeção de recurso não menor que o de 2022, isso levando em
22 consideração que o orçamento de 2023 é menor que o de 2022, e acha que não precisam entrar
23 nessa discussão. Então está faltando, no seu entendimento, a definição de quanto será destinado
24 para cada carreira. Na Carreira Paepe, há progressão na horizontal e na vertical, e seria
25 interessante definir quanto será colocado em cada modalidade, e tratar depois da margem. De
26 muita coisa que está questionando aqui obviamente sabe a resposta, mas acha importante que
27 se coloquem essas coisas, até porque existe muita desconstrução de assuntos por aí, o que
28 também é normal. Considera muito ruim ficar comparando a Carreira Paepe com a Carreira
29 MS, por exemplo, pois a Carreira MS é bastante específica e possui uma única função e uma
30 norma muito clara. Todos os que ingressam na Carreira MS conseguem visualizar onde é a
31 porta de entrada e como percorrem sua trajetória. Isso está muito bem definido, e acha também
32 que todas as demandas da Carreira MS que foram afetadas no passado recente foram
33 restabelecidas e muito bem nesse período. Então acha que a Carreira MS está sendo muito bem
34 tratada e não acha que ela tenha tantas demandas assim. A Carreira Paepe é bastante complexa,
35 é uma carreira grande que possui três segmentos, ao passo que a MS só tem um. E nesses três
36 segmentos há a distribuição de mais de 400 funções, então é um assunto bastante complexo e é
37 uma carreira que teve bastante problemas no passado. Para todas as medidas que tomam em
38 relação à Carreira Paepe anos à frente veem a consequência, e algumas medidas que
39 aconteceram no passado têm reflexo. Reconhece que esta gestão tem feito um bom trabalho,
40 participou dos trabalhos nos GTs visando melhorias, então têm feito várias melhorias na

1 Carreira Paepe, mas ainda assim ela tem vários problemas que não acha que conseguirão
2 resolver nesse ciclo. Quando menciona ciclo, está falando de 2019, 2022 e 2023, pois existe a
3 lacuna da Lei Complementar 173 em 2020 e 2021, e a questão do interstício. Quando
4 determinam interstício, precisam saber o que estão fazendo, e as rodadas precisam ser mais ou
5 menos parecidas, o que não foi possível aqui. Para resolver o problema da Carreira Paepe, para
6 além de ter um GT que faça um bom trabalho, é necessário que a Administração Central injete
7 recursos. Sempre falam nas reuniões para resolverem os problemas da Carreira Paepe, para
8 perenizá-la, e estão seguindo nesse caminho, mas um elemento bastante importante é a injeção
9 do recurso, utilizando um raciocínio equânime, conhecendo a realidade e definindo o objetivo
10 para atacar o problema com soluções boas. Passa por aí a questão do tamanho do recurso que é
11 injetado, porque é preciso dar mais para quem precisa de mais e menos para quem precisa de
12 menos. Para 2023, já está tudo aprovado, foi feito um excelente trabalho com inúmeras
13 melhorias em relação a 2022, que por sua vez já foi melhor quando comparado a 2019. Não
14 podem chegar em 2024 com um problema tão grande na Carreira Paepe, que é a distribuição
15 dos funcionários nos níveis. Não vai entrar em detalhes porque sabe muito bem que a função
16 da COP não é discutir norma, é aprovar o recurso. Mas, para 2024, já foi apresentada pela
17 DGRH na reunião de RH em rede a proposta de programa de gestão de desempenho. Para entrar
18 no programa de gestão de desempenho, que é muito parecido com o GT que coordenou no
19 passado, a DGRH segue os princípios que colocaram no passado para um programa de gestão
20 de desempenho, coisa que a Unicamp nunca fez. O que é feito é apenas ranqueamento para ver
21 quem vai receber o recurso, e o programa de gestão de desempenho passa bem longe disso. Não
22 podem chegar em 2024 com problemas de espalhamento e de tamanho do recurso que é
23 injetado. Na questão dos auxílios, solicita que a Mesa esclareça se os novos valores do auxílio-
24 criança e do auxílio-educação especial já são para a competência de janeiro. Entende que estão
25 aplicando a inflação desse período, portanto estão falando de reposição; poderiam estar falando
26 de ganho real, mas reposição está bom. Também pergunta se o reajuste do auxílio-alimentação
27 já passa a valer em janeiro. Sobre o vale-refeição, observa que essa discussão não é novidade,
28 em um passado recente já houve uma proposta de implantação do vale-refeição, apesar de ela
29 estar ligada com fim de greve. E todos sabem que fim de greve não é uma tarefa fácil, e esse
30 foi um elemento que contaminou a discussão. Mas a discussão do vale-refeição no passado foi
31 extremamente prejudicada com desconstrução. Cada um na Universidade tem o seu papel, e
32 não acha que seja tão ruim assim, talvez seja até saudável, que haja quem tenha o trabalho de
33 desconstruir e de contaminar, porque provoca reflexão. Sabe que a COP não está definindo a
34 regra do vale-refeição, mas faz um alerta de que ela precisa ser muito bem estabelecida, no seu
35 entendimento, para a próxima reunião do Consu, que vai aprovar o orçamento de 2023, porque
36 há várias polêmicas sobre esse benefício. Como já mencionou, não é uma discussão nova, é
37 uma discussão antiga; o Grupo Apesar, que tem 25 anos de história aqui na Universidade, em
38 todo o material de campanha coloca na pauta a questão do vale-refeição, que é também item do
39 movimento sindical de discussão de pauta interna. Um ponto bastante polêmico é o desconto;
40 acha que precisa ficar claro para a comunidade que não há possibilidade de discutir se querem

1 ou não que ocorra desconto, e que não é possível apresentar uma proposta de vale-refeição sem
2 desconto. Vale-refeição e vale-alimentação possuem regulamentação, e a Unicamp precisa
3 segui-la; embora eles sejam benefícios espontâneos, que o empregador paga se quiser, eles
4 devem seguir a legislação. O vale-refeição, por exemplo, faz parte do Programa de Alimentação
5 do Trabalhador do Ministério do Trabalho, ao qual, salvo engano, a Unicamp aderiu em 2014.
6 Quanto ao auxílio-alimentação, quem é mais antigo na Universidade se lembra de como ele se
7 iniciou e o caminho que percorreram para estabelecer um valor robusto. Houve uma época em
8 que o auxílio-alimentação era de R\$40, então trilharam uma trajetória de avanços, em que
9 estabeleceram um valor significativo e universalizaram o auxílio-alimentação, estendendo-o
10 para a Carreira MS. A lei que regulamenta o vale-refeição estabelece que é obrigatório o
11 desconto, mas que ele deve ser de até 20%, não necessariamente de 20%. A USP desconta 20%,
12 só que lá o valor é de R\$45 por dia trabalhado. Sua sugestão é discutir talvez a porcentagem, se
13 deve ser mesmo 20% ou pode ser menor. Outro assunto polêmico é onde se faz o desconto; está
14 entendendo que é no holerite que se fará essa contrapartida do trabalhador. Observa que
15 descontar cerca de R\$150 de um salário de R\$30 mil é uma coisa, e descontar esse mesmo valor
16 do holerite de um público que não é pequeno na Universidade, que ganha na faixa dos R\$2 mil,
17 dos R\$3 mil, é uma outra coisa. Para eles faz diferença, embora vão ter esse valor a mais de
18 cerca de R\$600 no cartão para comprar alimento. Mas se preocupa com o impacto na vida
19 financeira desse público que ganha esse salário menor. Influencia na questão da margem, por
20 exemplo; há muitas pessoas aqui na Universidade que são dependentes de margem, e acha que
21 não precisa entrar em detalhes do que está falando. E o salário de R\$2 mil, R\$3 mil que ele
22 recebe é usado para pagar água, luz e o aluguel. Então dizer que está descontando R\$158 mas
23 está dando R\$633 não leva em conta que é diferente a forma como ele pode usar o recurso, e
24 para ele faz diferença. Acha que esse é um elemento que gera bastante polêmica, e há também
25 a relação do estabelecimento do vale-refeição com o uso do restaurante universitário. Há
26 pessoas que preferem usar o restaurante universitário, então pergunta se quem vai usá-lo vai
27 receber o vale-refeição. Todas essas questões precisam estar claras na norma. A solução para
28 esse público que mencionou, que depende da margem consignável, que não é pequeno, talvez
29 seja deixar opcional, ou seja, a pessoa escolhe o que é melhor para ela, se é continuar usando o
30 restaurante universitário ou se é optar pelo vale-refeição. Também é preciso estabelecer e deixar
31 bem claro na norma quem faz jus ao vale-refeição; normalmente as normas estabelecem que é
32 por dia trabalhado, mas acha que também não é claro para todos o que é dia trabalhado. Do
33 ponto de vista de quem controla a frequência, todos sabem que há o grupo de ausência prevista
34 e o grupo de ausência não prevista. A jornada é um elemento importante, e precisa estar clara
35 qual é a jornada que faz jus ao vale-refeição, pois existem diferentes jornadas na Universidade,
36 inclusive na Carreira MS. Na Carreira Paepe, devem levar em conta que há jornadas específicas
37 da área da Saúde: tem o pessoal que trabalha de segunda a segunda no período da manhã, o
38 pessoal que trabalha de segunda a segunda no período da tarde e há o período noturno, portanto
39 são questões que carecem de reflexão. Também há uma discussão antiga na Universidade sobre
40 a extensão dos dois benefícios para aposentados, no entanto, como já mencionou, tanto um

1 quanto outro possuem legislação. No caso do vale-refeição, o pagamento se dá por dia
2 trabalhado, e no caso do auxílio-alimentação, já discutiram bastante isso no passado, existe
3 impedimento legal da extensão, tanto que há um projeto de lei específico para a extensão do
4 auxílio-alimentação para os aposentados apresentado pela ADunicamp à Assembleia
5 Legislativa do Estado de São Paulo. Esse projeto trata especificamente da extensão do auxílio-
6 alimentação para aposentados da USP, Unesp, Unicamp, mas ele não tem grandes avanços na
7 Alesp, sua tramitação é difícil. O SENHOR PRESIDENTE diz que estão provendo os recursos
8 para sete meses, e terão até maio para que o programa possa ser devidamente discutido com a
9 comunidade, seguindo todas as leis, todas as regras. A Professora MARISA MASUMI BEPPU
10 diz que considera bem interessante o que foi relatado a respeito do impacto que acontece no
11 recurso do Tesouro do Estado que vem para a Unicamp, em função das renúncias do ICMS.
12 Não sabe se a lista é muito extensa, mas se pudessem comentar um pouco que tipo de renúncias
13 têm sido praticadas, talvez fosse interessante. Acredita que uma delas seja a redução do ICMS
14 dos combustíveis. Outra dúvida é se a recente alteração do subsídio do Governador, que altera
15 o teto, inclusive para as universidades, trará impacto para a folha e se esse impacto já está
16 contabilizado nesta PDO. Em relação ao vale-refeição, acha que há um mérito de fundo que os
17 leva a aprová-lo, ainda que todos os pontos que o senhor Adilton levantou sejam pertinentes,
18 no sentido de que um desconto onera muito os salários mais baixos, há a questão da margem
19 consignável, que deve ser olhada com cuidado. Há itens em pauta que o senhor Thiago
20 mencionou que são ainda projetos, são ainda programas que serão aprovados, e confessa que
21 tem um pouco de dificuldade de aprovar recursos para algo que não teve ainda necessariamente
22 o mérito analisado na instância pertinente. Mas entende que o esforço da Aeplan e da PRDU
23 foram no sentido de prever, e que em algum momento isso vai ser devidamente apreciado e
24 aprovado. Também entende a questão de a Unicamp ter assumido alguns contratos do SUS para
25 evitar os problemas que têm acontecido recorrentemente, necessidade de suplementação etc.,
26 mas pergunta ao senhor Thiago se esses contratos estariam contabilizados naquele quadro final,
27 ao que ele responde que sim. Então acha que a questão do que sai de um lugar e é colocado em
28 outro para a Universidade é uma questão pragmática, mas o importante é realmente verificar a
29 totalização. E por fim, diz que sabe que há várias demandas importantes, mas está aqui no papel
30 de representação docente, e apesar de ter sido mencionado no Consu desta semana, viu-se na
31 obrigação de trazer novamente aqui para deixar registrado que alguns docentes têm procurado
32 a representação porque gostariam de ter alguma devolutiva sobre uma possibilidade de pelo
33 menos se verificar, já que fizeram a retomada dos pagamentos em pecúnia dos prêmios de
34 excelência, uma eventual contemplação daqueles que foram agraciados em um momento em
35 que a Universidade tinha muita dificuldade financeira. O apelo dessas pessoas é
36 majoritariamente porque boa parte desses prêmios pode ser recebida uma única vez na sua
37 carreira toda. Então acha que é algo que vale a pena verificar, estudar e talvez não de uma única
38 vez. Sabem de todos os cuidados necessários, mas considera uma sinalização importante,
39 porque sempre contaram muito com a colaboração da comunidade universitária em momentos
40 difíceis, em que precisaram apertar os cintos, mas no momento em que a coisa se altera e fica

1 um pouco melhor, realmente poderiam fazer o reconhecimento devido. Então traz essa demanda
2 para ser estudada, pelo menos para as revisões orçamentárias, se não houver tempo para a PDO,
3 porque é um pleito recorrente que os docentes trazem para a representação docente. Finaliza
4 parabenizando o trabalho da Aeplan, feito com muito cuidado. O SENHOR PRESIDENTE
5 responde que essa questão dos prêmios passa por algumas dimensões, certamente incluindo
6 uma apreciação da Procuradoria Geral se isso seria permitido ou não. É uma questão que
7 deveriam debater no Consu, e sendo aprovada, de alguma maneira depois podem pensar na
8 revisão. O Professor MÁRCIO ANTONIO CATAIA parabeniza todo o trabalho que foi
9 realizado pelas equipes da Aeplan e da PRDU nesta peça orçamentária que será apresentada no
10 último Conselho Universitário do ano. Houve avanços em relação a demandas positivas, como
11 é o caso do vale-refeição, que apoiam, mas que até a sua implantação efetiva demandará a
12 discussão de algumas normatizações. Observa que a colocação no orçamento de recursos para
13 aquilo que as unidades de ensino, pesquisa e extensão vêm reclamando é algo da maior valia.
14 Ver que estão aqui, na COP, colocando esses recursos, os faz voltar para suas unidades e dar os
15 informes de como a Universidade está trabalhando para responder efetivamente às ações
16 afirmativas. Destaca, nesse sentido, a curricularização da extensão e a colocação de recursos
17 que as unidades já há algum tempo vinham demandando para orçar a curricularização.
18 Ressalta o ponto importante da área da Educação Física, que muitas universidades no mundo
19 todo incentivam, e agora a Unicamp vai fazer isso aqui também, com o Bolsa Atleta. E olhar
20 para a peça que está sendo colocada dentro de um elemento que também já foi destacado pelo
21 senhor Adilton, que é aquele de pensar reserva estratégica sobretudo dentro de um PPI. É olhar
22 para os recursos da Universidade, tendo o devido cuidado para que possam, no futuro, usufruir
23 dos recursos que sabem que podem manter com reserva estratégica, com o PPI. Destaca este
24 momento importante da Universidade, em que há essas possibilidades, e contando com uma
25 boa gestão dos recursos da Universidade. Então parabeniza a Administração Central por todas
26 as ações que estão sendo realizadas nesse âmbito. O Professor ANDRÉ MARTINS
27 BIANCARELLI parabeniza o trabalho, acha que a peça orçamentária vem ficando mais clara
28 ao longo dos anos, e também percebeu o que o professor Cataia acabou de dizer, que algumas
29 demandas que aparecem já estão se refletindo aqui na forma de previsões, junto com outras que
30 nem conheciam, mas já possuem o registro na peça orçamentária para depois serem discutidas.
31 Faz um comentário geral sobre o cenário macro que está embalando a peça orçamentária: os
32 fatores extraordinários que foram benéficos no ano passado possivelmente atuarão agora, quase
33 todos, na direção contrária. É o que a professora Marisa já colocou sobre as isenções, e a própria
34 inflação, que será menor no ano que vem. O crescimento possivelmente será bem menor do que
35 o que terão neste ano, então acha que a conta vai chegar e essa previsão lhe parece bastante
36 razoável. Passaram por quatro anos muito extraordinários, seja para baixo, seja na recuperação,
37 seja no ano de 2022, que acabou sendo atípico de maneira positiva, a despeito das desonerações,
38 a depender também de como elas serão enfrentadas a partir de agora. Não é um ano catastrófico
39 que está projetado, mas é uma certa volta à normalidade, acha que daí a importância, como
40 também colocou o professor Cataia, da discussão e da definição que fizeram aqui de um uso

1 estratégico das reservas, seja como precaução, seja como investimentos, e a questão da moradia,
2 que já foi bastante discutida. Tinha a mesma dúvida que a professora Marisa já colocou sobre
3 o impacto da alteração no subsídio do Governador. Sobre o vale-refeição, solicita confirmação
4 se os sete meses referidos pelo professor Fernando se devem a uma previsão, do ponto de vista
5 técnico, de quanto tempo será necessário para fazer o cartão. A questão do desconto é novidade
6 para ele. Sobre o que o senhor Adilson colocou referente ao recurso para a progressão Paepe,
7 diz que foi procurado por alguns representantes de servidores e o valor previsto tinha essa
8 dúvida mencionada de 0,8% ou 1,2%; fez uma conta muito rápida, não sabe se pegou o
9 parâmetro certo, entendeu que o valor previsto é intermediário entre esses percentuais, mas não
10 sabe se tem de considerar o total de despesa ou algum outro total ali. Por último, um detalhe
11 bem específico: está entendendo que para várias bolsas e auxílios está se prevendo aumentar o
12 valor e o número, mas especificamente para o para as bolsas PED, lembra que no ano passado
13 houve um contratempo de que as bolsas PED precisavam ter uma certa proporção das bolsas
14 Capes, se não está enganado. Pergunta se isso foi resolvido; há boatos de ampliação no valor
15 das bolsas Capes e CNPq pela frente, mas pergunta se isso está sendo levado em conta ou se
16 não existe mais essa obrigatoriedade. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
17 LÓPEZ agradece ao senhor Thiago pela apresentação muito clara e didática; diz que se sentiu
18 contemplada pela fala da professora Marisa quanto ao entendimento sobre as renúncias fiscais.
19 Sabe que não é algo que vão discutir agora, mas deseja entender melhor essas questões, porque
20 podem, a partir delas, projetar melhor o que podem fazer, estratégias fora do âmbito da COP,
21 mas para se prepararem. Evidentemente, o que lhe interessa é o impacto sobre a arrecadação
22 para a Universidade. O segundo ponto tem a ver com as carreiras: também gostaria de entender
23 melhor esse percentual, de 0,8% ou 1,2%, e se há uma justificativa. Observa que pode parecer
24 que todos os problemas da carreira docente foram resolvidos, mas não é bem assim. Houve um
25 atraso considerável na carreira de muitos docentes e isso impactou a motivação, a projeção para
26 fora da Universidade como professores, como profissionais. Está no radar a necessidade sempre
27 de ter essa correção, de atender às demandas, expectativas dos docentes, porque quanto mais
28 aspiração tiverem em termos de carreira, mais projetarão a Universidade mundo afora. Sabe
29 que esta Reitoria trabalhou muito por isso, é grata por esse esforço, mas ainda há um atraso
30 pelas análises que faz das carreiras docentes, e algumas coisas não serão jamais recuperadas,
31 infelizmente. O Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ parabeniza a Aeplan pela peça
32 orçamentária, apresentada de forma bastante didática pelo senhor Thiago. Diz que possui
33 praticamente as mesmas dúvidas da professora Verónica, mas acrescenta uma dúvida: sobre as
34 despesas institucionais, no valor de R\$817 mil, pergunta como os diretores de unidades vão
35 poder usar isso, se fica contingenciado e só utilizam se precisarem, por exemplo. A peça mostra
36 que a Unicamp está fazendo uma proposta que não está rasgando dinheiro quando estão em um
37 momento financeiro melhor, e mesmo assim estão conseguindo ajustar as coisas e demonstrar
38 que possuem reserva e vão continuar usando esse tipo de argumento para não passar por
39 nenhuma fase ruim sem um colchão que lhes dê tranquilidade. O SENHOR PRESIDENTE diz
40 que vários membros se manifestaram sobre o vale-refeição, sobre o qual já esclareceu que o

1 que estão prevendo na peça orçamentária é a concessão do benefício. O professor André
2 perguntou por que sete meses, e lembra que a própria legislação do benefício é para 11 meses,
3 não é possível conceder o vale-refeição nas férias. É por isso que era 11. Os sete é porque
4 precisam regulamentar, negociar o VR não apenas com as entidades sindicais, com a
5 comunidade, e ficarem absolutamente atentos a toda a legislação. Um elemento que também
6 terão de detalhar nas discussões dentro das câmaras é o fato de que a legislação vai levar a uma
7 convergência, a partir de maio de 2023, de que todos os estabelecimentos que estiverem aptos
8 a receber esses recursos terão de aceitar o vale-alimentação e o vale-refeição de forma
9 indiferenciada. Há uma regra para isso, que foi recém-aprovada, e como toda mudança de lei,
10 ela sofre um processo também de conhecimento, por isso ter esse prazo é fundamental para
11 conhecerem como os benefícios serão entendidos pelas duas partes, usuário e comércio.
12 Portanto, esse prazo para a Universidade de cinco meses é fundamental e por isso a previsão
13 orçamentária é para sete meses. Depois vão discutir o desconto e outras questões, mas com os
14 20%, que é o que é feito na grande maioria das instituições públicas e privadas que adotam o
15 VR, o valor fica em R\$633, que somado ao vale-alimentação, que passará a R\$1.350, totalizará
16 um valor um pouco inferior a R\$2.000, que é próximo ao que é concedido pela USP. Devem
17 olhar a coisa de uma forma sistêmica. Havendo essa convergência entre vale-alimentação e
18 refeição, terão um único instrumento que estaria próximo desse valor, sendo o vale-alimentação
19 superior ao da USP e o vale-refeição menor. No entanto, somados, eles são semelhantes. Em
20 relação aos recursos para progressão na Carreira Paepe, lembra que em 2022 houve várias
21 intervenções dentro aqui da própria COP, depois no Conselho Universitário, quando trouxeram
22 a proposta de progressão, de que não poderiam naquele momento aprovar os recursos porque
23 isso cabe exatamente ao Conselho Universitário orçamentário de dezembro. Lá atrás, então,
24 para tranquilizarem a comunidade, estimaram os recursos necessários tanto para a progressão
25 Paepe quanto da progressão das demais carreiras, em termos do próprio recurso do RTE até
26 então. Por isso usaram os percentuais 0,8%, 0,7%, 0,2%, que totalizavam 1,7%. Lembrando
27 que no caso das carreiras docentes esse valor não é imediato, porque o próprio processo de
28 progressão tem uma outra dinâmica, que vêm atualizando. No caso da progressão Paepe, é
29 diferente: os recursos destinados são totalmente utilizados a partir de um certo ranqueamento,
30 lembrando que a ideia é realmente avançar para uma forma de avaliação de desempenho que
31 seria diferente disso, mas é assim que é feito e, portanto, precisavam dar uma ideia do impacto
32 do processo em si. Estão se comprometendo, dentro desta peça orçamentária, a terem recursos
33 da mesma grandeza em relação ao processo de 2022. Mas, na verdade, os valores tanto para a
34 valorização docente quanto para a valorização dos funcionários incluem contratações e
35 progressão. Na carreira docente, pela dinâmica que se observou em 2022, como a progressão já
36 atingiu 804 docentes, os recursos necessários para progressão, até pela questão de ter um
37 interstício e outras questões não de fundo acadêmico, serão muito menores, e estariam então
38 alocando muito mais recursos para a contratação. Por exemplo, a contratação de um doutor na
39 Unicamp hoje, anualizada, é algo em torno de R\$250 mil a partir do salário de entrada e todos
40 os demais reflexos associados. A contratação de 100 docentes, se autorizada, representaria

1 alguma coisa como R\$25 milhões, novamente pensando nos recursos durante um ano. O que
2 está previsto já dentro da folha são aquelas 170 contratações já autorizadas e que ainda não
3 foram totalmente efetivadas, mas estão programadas desde então e imaginam que em algum
4 momento vai ocorrer essa integralidade dos processos. Vão autorizar essas 170, trazendo para
5 serem aprovadas nas devidas instâncias, CVD, CAD e Consu, essas contratações. No caso da
6 Carreira Paepe, utilizarão mais recursos do ponto de vista da progressão pela própria dinâmica
7 em que se dá o processo, e no caso docente utilizarão muito mais recursos para contratações do
8 que para a progressão. E esses recursos estão previstos em cima do orçamento que lhes foi
9 proposto, de R\$3,3 bilhões. Então é por isso que não tiveram essa preocupação de colocar
10 exatamente os mesmos percentuais em relação a docentes e servidores em relação a 2022, o
11 0,7%, o 0,8% e o 0,2% para as carreiras especiais. Sobre a questão das desonerações e isenções,
12 o maior impacto tem sido certamente a mudança da alíquota de 25% para 17% ou 18% para
13 combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Isso já estava previsto. São Paulo entrou,
14 ajuizou junto com o Estado do Piauí e outros para retomar isso, então o processo está
15 judicializado, o que também lhes traz dificuldade de previsão, mas estão falando dos preços
16 desses três itens, que são os preços administrados, como aparece no orçamento paulista, e eles
17 representam algo coisa em torno de R\$40 bilhões. Foi essa a arrecadação normal, se adotarem
18 o período sem a média de 2022, que foi prejudicada desde que foi adotada a redução, e se
19 imaginarem que houve uma redução de também 25%, quando trazem de 25% para 17%, 18%,
20 estão tendo uma perda nos preços administrados de algo em torno de R\$10 bilhões de
21 arrecadação anualizado. O que os preocupa não é apenas essa redução dos R\$10 bilhões, mas a
22 solução que vem sendo dada a isso, do ponto de vista do governo, de tentar recuperar parte
23 desses R\$10 bilhões na forma do não pagamento, ou da redução do pagamento dos juros da
24 dívida do estado. Isso significa que não é uma base de arrecadação sobre a qual as universidades
25 têm acesso. Há outros itens que também estão sofrendo algum processo de isenção, como a
26 questão citada pelo senhor Thiago, da mudança de legislação nas contribuições previdenciárias
27 dos inativos, que vai impactar do ponto de vista da Universidade. Sobre o aumento do subsídio
28 do governador de R\$23 mil para R\$34 mil, isso significará, para a Universidade, cerca de R\$7
29 milhões anuais, um impacto até maior sobre a folha dos funcionários, porque, como mencionou
30 o professor André, o STF já havia permitido há alguns anos pagar acima do teto para
31 professores. Então o impacto é muito mais agora incorporando também os funcionários, um
32 impacto significativo de R\$7 milhões que não estão aqui ainda contemplando até para
33 entenderem primeiro, mas diante da reserva de contingência que possuem, superior a R\$100
34 milhões, esses R\$7 milhões, apesar de significativos, seriam absorvidos. O cenário macro,
35 comentado pelo professor André, que certamente deve ter já olhado o boletim Focus de ontem,
36 mostra que a inflação realmente teve um processo de desaceleração importante, devem fechar
37 2022 em 6%, e a previsão Focus para 2023 está em torno de 5%. Mas o que mais os preocupa,
38 como o professor André bem adiantou, é a questão do crescimento. A previsão do crescimento
39 do PIB para o país em 2022 agora foi alterada para 2,81%, mas a previsão de crescimento para
40 2023 está em 0,70%, ou seja, vão ter um crescimento real muito baixo, muito aquém da própria

1 inflação, então isso certamente afeta o nível de atividade, que é a base da arrecadação do ICMS,
2 imposto indireto, dependente muito do nível de atividade. Foi isso, inclusive, que motivou a
3 ação dos três reitores, no Cruesp, de solicitar alteração da própria base de incidência do
4 percentual destinado às universidades. Seria ótimo se isso fosse atendido, mas não sabem qual
5 vai ser a posição do Executivo e da Alesp agora. A ideia seria que a base de incidência fosse a
6 mesma que é observada para a Fapesp, que não é apenas ICMS, é toda a base tributária. Porque
7 casos como os que mencionou, de trocar ICMS por outras compensações, ressarcimentos, não
8 aconteceriam para as universidades. Além disso, que fosse internalizado na Constituição
9 Paulista, para não mais dependerem de uma lei orçamentária anualmente discutida. Isso os
10 tranquilizaria, mas essa não é a realidade ainda, então precisam fazer todas essas ponderações
11 aqui dentro do orçamento que estão discutindo. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz
12 que esse assunto da mudança da tributação é interessante de ser trazido à COP. Em outubro,
13 quando houve a queda de R\$1 bilhão de arrecadação de ICMS no estado, a receita tributária
14 líquida foi maior, que seria a receita para a qual estão pleiteando a mudança quando se tornar
15 lei, para ficar exatamente do mesmo jeito que acontece com a Fapesp. Uma das preocupações
16 que possuem com a base de ICMS é que com essas renúncias fiscais, essas isenções sendo
17 devolvidas para o estado de outras formas, com acórdãos, com não pagamento de dívida
18 pública, o estado não perde receita, perde no ICMS, e com isso a Universidade entra no
19 equilíbrio, deixa de ter o superávit, mas o estado continua com superávit. Se eles continuarem
20 com superávit com recursos vindos além do ICMS, isso pode aumentar a ânsia do estado em
21 criar novas isenções, novas desonerações de ICMS. Então a Universidade acaba perdendo duas
22 vezes e o estado ainda consegue se equilibrar. Essa é uma das preocupações dessa mudança
23 tanto de criar a lei dos recursos para as universidades, como a receita tributária líquida. Falando
24 sobre essas renúncias, ficam sempre um pouco atrasados porque o estado demora de dois a três
25 meses para apresentar no *site* a arrecadação de cada item, para saberem onde está entrando mais
26 ou menos nessas quedas. O que conseguem ver é que em outubro, pelas linhas de ICMS que
27 são recebidas, a queda ocorreu fortemente nos preços administrados de combustíveis e energia
28 elétrica, que além da desoneração teve aquela redução de preço que acabou acontecendo, que
29 gera também um menor ICMS. Então, se deixarem para ter essa conversa mais para frente,
30 talvez tenham um cenário mais claro de exatamente onde estão perdendo nas desonerações, nas
31 isenções, e então voltam a conversar disso em um outro momento na COP, com uma visão mais
32 clara e até com uma mudança que possa acontecer. Há duas pautas difíceis pela frente, inclusive
33 o próprio futuro Governador chamou uma delas de pauta bomba, que é a mudança da
34 contribuição previdenciária, que no estado gerará em torno de R\$6 bilhões de aumento. O
35 SENHOR PRESIDENTE, em virtude de problemas técnicos ocorridos durante a reunião,
36 submete à votação a matéria, primeiramente entre os que estão presentes na reunião, obtendo
37 votos favoráveis da professora Marisa, do senhor Adilton, do professor Diniz, do professor
38 Cataia, do professor Rodrigo, e informa que depois receberão pela internet os votos dos demais
39 (os votos da professora Verónica e do professor André foram recebidos posteriormente e foram
40 favoráveis. Portanto, a PDO 2023 foi aprovada por unanimidade). Pede desculpas pelo

1 problema técnico, agradece a todos e deseja um ótimo fim de ano. Nada mais havendo a tratar,
2 eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores
3 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 1º
4 de dezembro de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 156ª **SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 23 de fevereiro de 2023, sem alterações.*